

RELATÓRIO FINANCEIRO

PRESTAÇÃO DE
CONTAS DOS
MUNICÍPIOS DA
REGIÃO ALENTEJO

2022

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	4
2.	PARTE I – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	5
2.1	DEMONSTRAÇÕES DE RELATO	5
2.1.1	DESEMPENHO ORÇAMENTAL	6
2.1.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	8
A.	RECEITAS ARRECADADAS	8
B.	IMPOSTOS DIRETOS	9
C.	OUTRAS RECEITAS	11
C1.	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	11
C2.	FUNDOS COMUNITÁRIOS (CAPITAL)	11
C3.	PASSIVOS FINANCEIROS (EMPRÉSTIMOS)	12
2.1.3	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	13
A.	DESPESA TOTAL	13
B.	DESPESA PAGA (EXERCÍCIO CORRENTE E EXERCÍCIOS ANTERIORES) 15	
C.	DESPESA COM PESSOAL	16
D.	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	17
E.	SERVIÇO DA DÍVIDA BANCÁRIA	19
F.	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	19
2.1.4	DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PPI	20
2.2	INDICADORES ORÇAMENTAIS	22
2.3	OUTROS INDICADORES ORÇAMENTAIS	22
3.	PARTE II – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
3.1	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
A.	BALANÇO	25
B.	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	26
C.	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	28
C1.	SALDOS	29
3.2	INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	30
4.	PARTE III – CONTABILIDADE DE GESTÃO	31
5.	SÍNTESE CONCLUSIVA	32
6.	BIBLIOGRAFIA	34

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Componentes da Demonstração do Desempenho Orçamental	6
Gráfico 2 - Receita Total e Despesa Total dos Municípios da Região Alentejo	7
Gráfico 3 - Componentes das Receitas Arrecadadas em 2022	8
Gráfico 4 - Evolução do Recebimento dos Impostos Diretos.....	9
Gráfico 5 - Composição dos Impostos Diretos (2022).....	10
Gráfico 6 - Venda de Bens e Serviços da Região Alentejo.....	11
Gráfico 7 - Fundos Comunitários (de capital).....	11
Gráfico 8 - Passivos Financeiros (Empréstimos).....	12
Gráfico 9 - Evolução dos Empréstimos Contraídos	12
Gráfico 10 - Composição das Principais Despesas - 2022	13
Gráfico 11 - Evolução da Despesa Total	14
Gráfico 12 - Relação entre Despesa Paga referente a Exercícios Anteriores e o Total da Despesa Paga – Região Alentejo.....	15
Gráfico 13 - Despesa Paga - Região Alentejo - 2022	15
Gráfico 14 - Evolução das Despesas com o Pessoal	16
Gráfico 15 - Aquisição de Bens e Serviços.....	17
Gráfico 16 - Composição da Aquisição de Bens e Serviços em 2022	18
Gráfico 17 - Aquisição de Bens e Serviços na Região do Alentejo	18
Gráfico 18 - Evolução dos Encargos Financeiros e dos Passivos Financeiros.....	19
Gráfico 19 - Aquisição de Bens de Capital.....	19
Gráfico 20 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) – despesa paga - 2022	20
Gráfico 21 - Média DPPI - Região Alentejo.....	21
Gráfico 22 - Impostos Diretos e Indiretos / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva	22
Gráfico 23 - Transferências Fundos Comunitários (corrente e capital) / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva	23
Gráfico 24 - Empréstimos / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva	23
Gráfico 25 - Despesas com Pessoal / Despesa Total	23
Gráfico 26 - (Juros + Amortizações) / Despesa Total	24
Gráfico 27 - Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total.....	24
Gráfico 28 - Resultado Líquido do Período (Região Alentejo).....	27
Gráfico 29 - Fluxo de Caixa das Atividades.....	28
Gráfico 30 - Saldo Final de Operações Orçamentais e de Tesouraria	29
Gráfico 31 - Contabilidade de Gestão	31

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Componentes da Demonstração do Desempenho Orçamental	6
Tabela 2 - Receita Total e Despesa Total dos Municípios da Região Alentejo	7
Tabela 3 - Receitas Municipais (Recebimentos) - Exercício 2022 Região Alentejo.....	8
Tabela 4 - Impostos Diretos Municipais (Recebimentos) 2022 - Região Alentejo	10
Tabela 5 - Despesas Totais Municipais (pagamentos) – Exercício de 2022 – Região Alentejo ...	13
Tabela 6 - Despesa com Pessoal (pagamentos) 2022 – Região Alentejo	16
Tabela 7 - Média DPPI - Região Alentejo.....	21
Tabela 8 - Indicadores Orçamentais.....	22
Tabela 9 - Estrutura do Ativo (Balanço 2022) – Região Alentejo	25
Tabela 10 - Estrutura do Património Líquido e do Passivo – Região Alentejo - Estrutura do Património Líquido e do Passivo – Região Alentejo.....	25
Tabela 11 - Demonstração dos Resultados (Região Alentejo)	26
Tabela 12 - Demonstração dos Resultados - Região Alentejo	27
Tabela 13 - Fluxos de Caixa de Atividades.....	28
Tabela 14 - Indicadores Económico-Financeiros.....	30

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras

NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental

NCP 27 – Contabilidade de Gestão

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

DPPI – Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

1. APRESENTAÇÃO

Embora tenha sido em setembro de 2015, que ocorreu a publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015 que aprova o SNC-AP, a sua aplicação prática só se concretizou em 2020. Volvidos três anos de implementação do novo sistema contabilístico e tendo-se registado em 2021 um dos melhores anos no que respeita ao desempenho financeiro da região Alentejo, volta-se a efetuar uma nova análise orçamental e financeira com base nas prestações de contas dos municípios, sem descurar a importância da contabilidade de gestão.

Em termos orçamentais, torna-se essencial verificar as principais componentes da despesa e da receita presentes nas demonstrações da contabilidade orçamental.

Ao nível da contabilidade financeira considera-se fundamental proceder à avaliação do desempenho financeiro através da informação contida nas Demonstrações de Resultados, Balanço e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos. Considera-se essencial verificar quais os progressos existentes nesta área da contabilidade.

Para complementar a análise, também os indicadores económico-financeiros e orçamentais são importantes na medida em que permitem avaliar a extensão, eficiência e eficácia do desempenho da entidade.

2. PARTE I – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

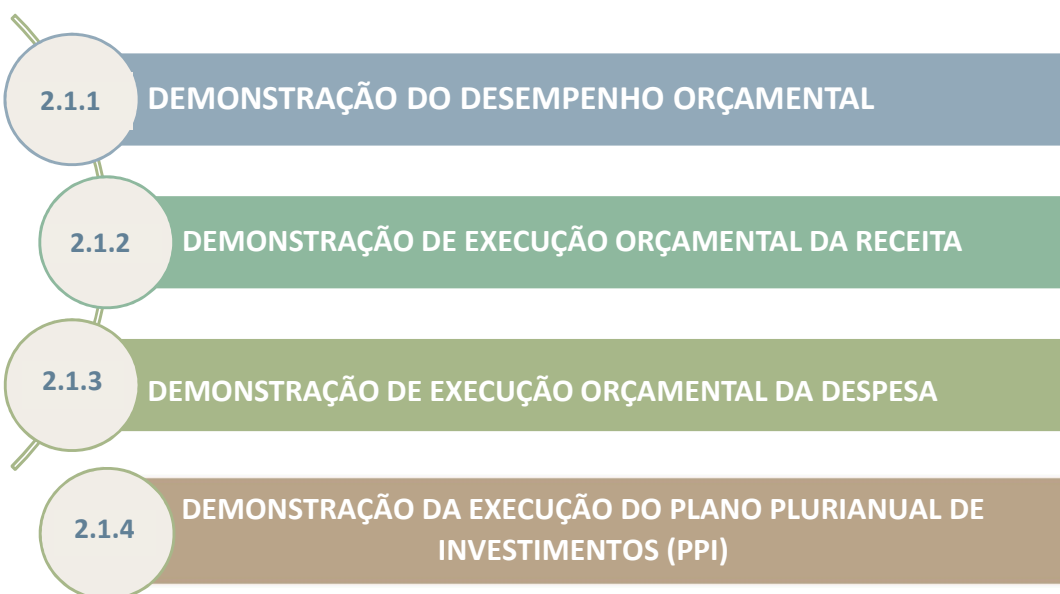
No âmbito da NCP 26, as Demonstrações Orçamentais englobam as Demonstrações Previsionais, as Demonstrações de Relato e as Demonstrações Consolidadas.

O objetivo desta Norma é o de regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades (§1, NCP 26).

2.1 DEMONSTRAÇÕES DE RELATO

As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental (§40, NCP 26).

Nos pontos seguintes a análise recai essencialmente sobre as principais demonstrações de relato representadas abaixo.



2.1.1 DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Como refere o n.º 47 da NCP 26, a Demonstração do Desempenho Orçamental evidencia importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário).

Tabela 1 - Componentes da Demonstração do Desempenho Orçamental¹

Região	Saldo Corrente	Saldo de Capital	Saldo Primário ²	Receita Efetiva ³	Receita Total	Despesa Efetiva ⁴	Despesa Total
Alentejo Central	15 962 055,87	-16 542 238,29	1 349 588,91	215 501 402,62	254 751 413,51	215 946 899,48	225 889 607,78
Alto Alentejo	21 744 496,51	-13 271 019,05	8 840 818,81	181 464 550,27	210 271 569,85	172 845 766,04	176 600 087,91
Baixo Alentejo	18 576 559,75	-13 409 485,35	4 518 002,61	196 716 588,05	229 534 904,22	192 528 123,76	197 472 902,49
Alentejo Litoral	45 572 480,92	-4 256 299,84	4 942 118,50	182 027 352,98	231 177 816,06	157 557 091,06	160 908 029,84
Total	101 855 593,05	-47 479 042,53	19 650 528,83	775 709 893,92	925 735 703,64	738 877 880,34	760 870 628,02
Média Alentejo	25 463 898,26	-11 869 760,63	4 912 632,21	193 927 473,48	231 433 925,91	184 719 470,09	190 217 657,01

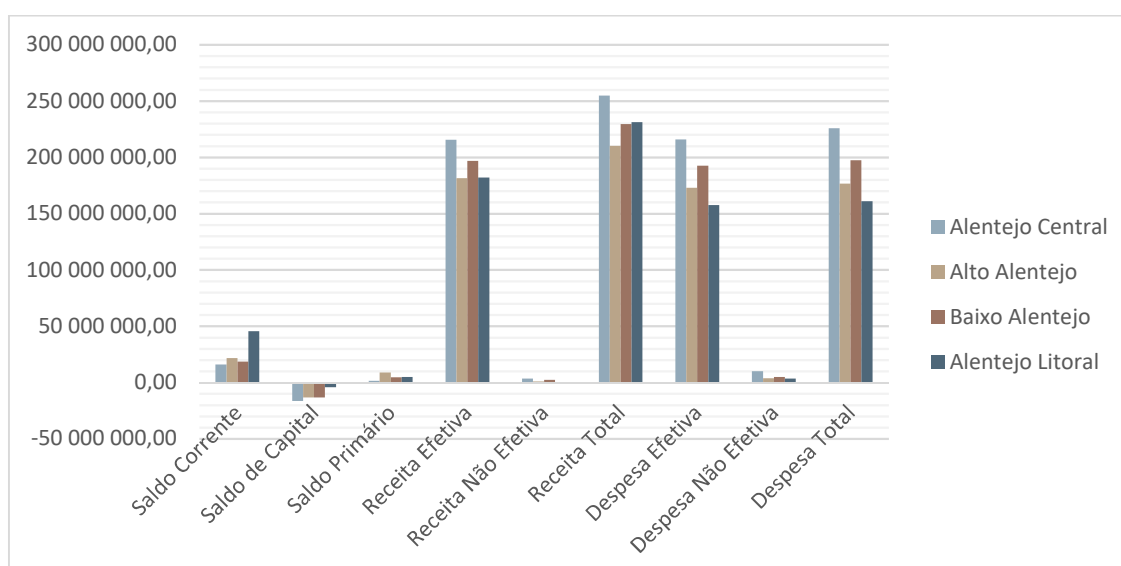


Gráfico 1 - Componentes da Demonstração do Desempenho Orçamental

¹ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2022
DSAJAL/DFLM

² Saldo Primário corresponde à diferença entre a receita efetiva e despesa efetiva deduzida dos juros.

³ Receita Efetiva corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais.

⁴ Despesa Efetiva corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.

Da análise da tabela 1 e do gráfico 1, que contém os valores totais da região Alentejo em relação aos diferentes itens que completam a demonstração de desempenho orçamental, verifica-se que, tal como em 2021 o saldo primário é positivo, concluindo-se que a receita efetiva é superior à despesa efetiva.

Em termos gerais, conforme se pode visualizar na tabela 2 e gráfico 2, a receita total das sub-regiões apresentam valores similares, contudo em termos de gastos foi o Alentejo Litoral que registou um menor volume de despesa comparativamente com as outras regiões.

Tabela 2 - Receita Total e Despesa Total dos Municípios da Região Alentejo⁵

Região	N.º	Receita Total ⁶	%	Despesa Total ⁷	%
Alentejo Central	14	254 751 413,51	27,52%	225 889 607,78	29,69%
Alto Alentejo	15	210 271 569,85	22,71%	176 600 087,91	23,21%
Baixo Alentejo	13	229 534 904,22	24,79%	197 472 902,49	25,95%
Alentejo Litoral	5	231 177 816,06	24,97%	160 908 029,84	21,15%
Total	47	925 735 703,64	100,00%	760 870 628,02	100,00%

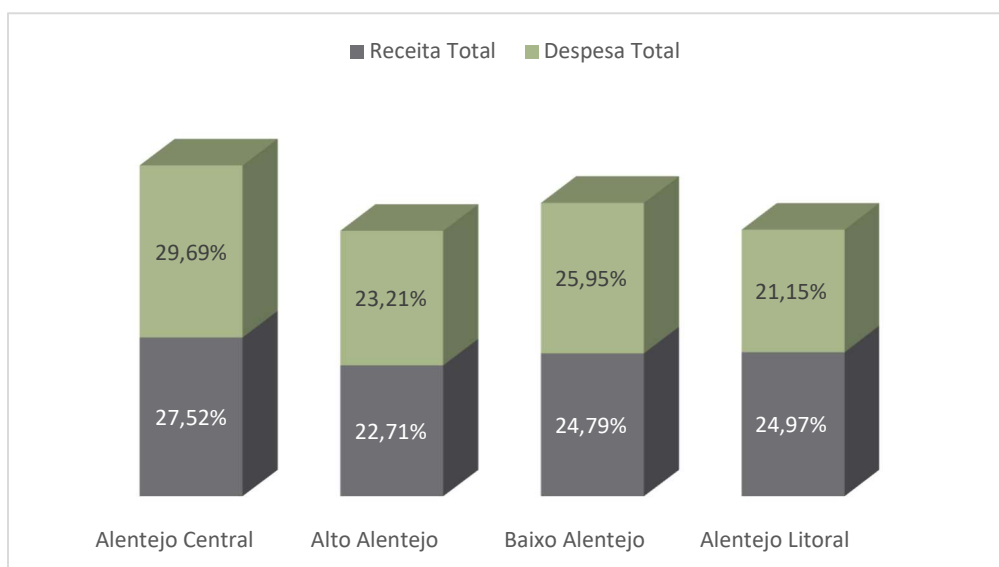


Gráfico 2 - Receita Total e Despesa Total dos Municípios da Região Alentejo

⁵ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2022
DSAJAL/DFLM

⁶ Receita Total corresponde à receita efetiva adicionada da receita resultante de ativos e passivos financeiros orçamentais e do saldo da gerência anterior expurgado da componente de operações de tesouraria.

⁷ Despesa Total corresponde à despesa efetiva adicionada da despesa resultante de ativos e passivos financeiros.

2.1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

A. RECEITAS ARRECADADAS

As receitas arrecadadas em 2022 (sem o saldo da gerência anterior), montantes e composição interna por natureza, na região Alentejo, são apresentadas na tabela seguinte:

Tabela 3 - Receitas Municipais (Recebimentos) - Exercício 2022 Região Alentejo⁸

Receitas Totais	Montante (€)	%
Impostos Diretos	156 002 945,57	19,94%
Rendimentos de Propriedade	24 742 192,94	3,16%
Transferências do Orçamento do Estado (Fundos Municipais) (corrente e de capital)	412 726 565,67	52,74%
Transferências Correntes e Capital - UE/Estado Participação Comunitária	64 160 733,12	8,20%
Outras Transferências (correntes e de capital)	23 270 833,62	2,97%
Venda de Bens e Serviços	70 316 045,28	8,98%
Outras (Impostos Indiretos, Taxas, Outras Receitas Correntes e Capital e Venda de Bens de Investimento, Reposições N. Abatidas aos Pagamentos e Outras)	24 490 577,72	3,13%
Ativos Financeiros	6 920 382,67	0,88%
Passivos Financeiros (Empréstimos)	878,01	0,00%
Total Receita Efetiva+Receita Não Efetiva	782 631 154,60	100,00%

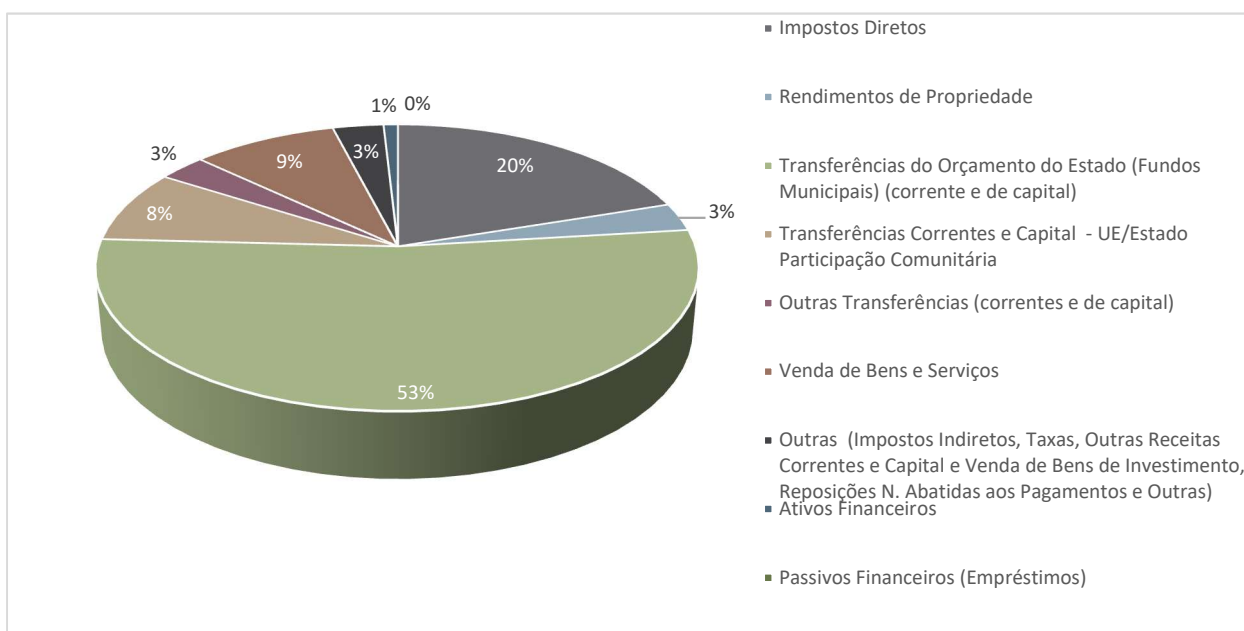


Gráfico 3 - Componentes das Receitas Arrecadadas em 2022

⁸ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2022
DSAJAL/DFLM

Da análise conjunta, referente a 2022, das receitas arrecadadas na Região (tabela 3 e gráfico 3), podemos retirar as seguintes conclusões:

- ✦ A arrecadação, por parte das transferências do Orçamento de Estado (fundos municipais corrente e de capital), atingiu os 400 milhões de euros, 52,74% do total das receitas, continuando a ser a fonte principal de rendimentos municipais, mostrando-se assim a contínua dependência do perfil definido pela lei de finanças locais;
- ✦ Em segundo lugar temos os Impostos Diretos, com um recebimento de 156 milhões de euros (19,93% do total);
- ✦ Em terceiro lugar, temos a Venda de Bens e Serviços com uma receita de 70 milhões de euros (8,98% do total);
- ✦ Por fim, estão as Transferências provenientes dos Fundos Comunitários (corrente e de capital) com uma participação de 64 milhões de euros (8,20 % do total).

B. IMPOSTOS DIRETOS

Os impostos diretos englobam o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), IUC (Imposto Único de Circulação), IMT (Imposto Municipal incidente sobre as Transmissões Onerosas de Bens Imóveis), Derrama e Impostos Abolidos.

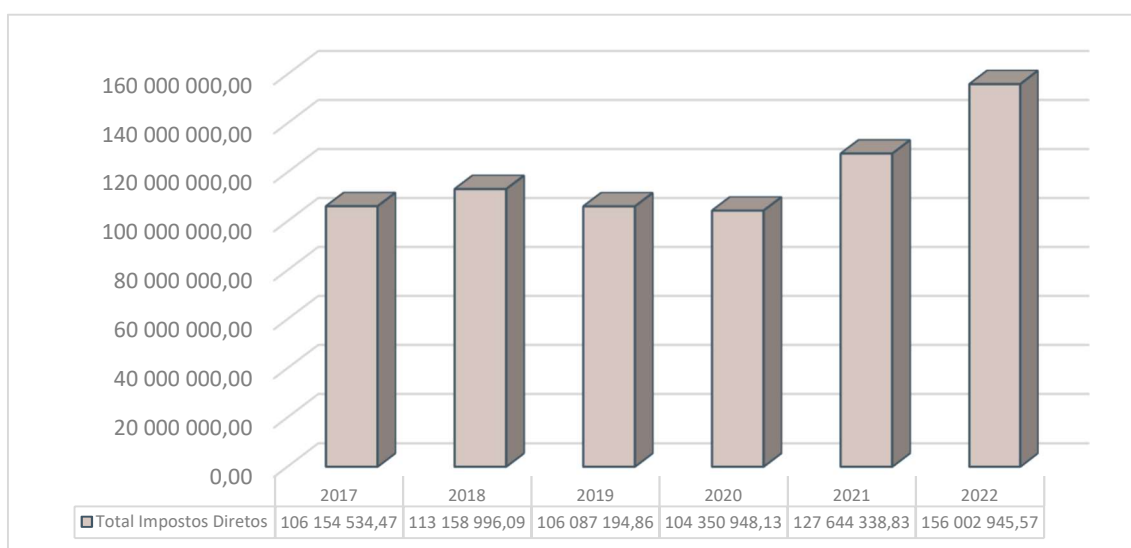


Gráfico 4 - Evolução do Recebimento dos Impostos Diretos

O gráfico 4 mostra-nos a evolução da arrecadação dos impostos diretos no período temporal de 2017 a 2022. A evolução desta receita tem tido diferentes oscilações, tal como no ano anterior registou-se um novo aumento na ordem dos 28 milhões de euros (22,22%).

Tabela 4 - Impostos Diretos Municipais (Recebimentos) 2022 - Região Alentejo⁹

RECEITAS	2022		
	(€)	% Impostos Diretos	% Total Receita
Imposto Municipal sobre Imóveis	51 067 728,38	32,74	6,53
Imposto Único de Circulação (IUC) (ex IMV)	12 430 498,99	7,97	1,59
Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis	79 275 139,24	50,82	10,13
Derrama	13 229 578,96	8,48	1,69
Impostos Abolidos	0,00	0,00	0,00
Total Impostos Diretos	156 002 945,57	100,00	19,94
Total das Receitas	782 467 951,94		

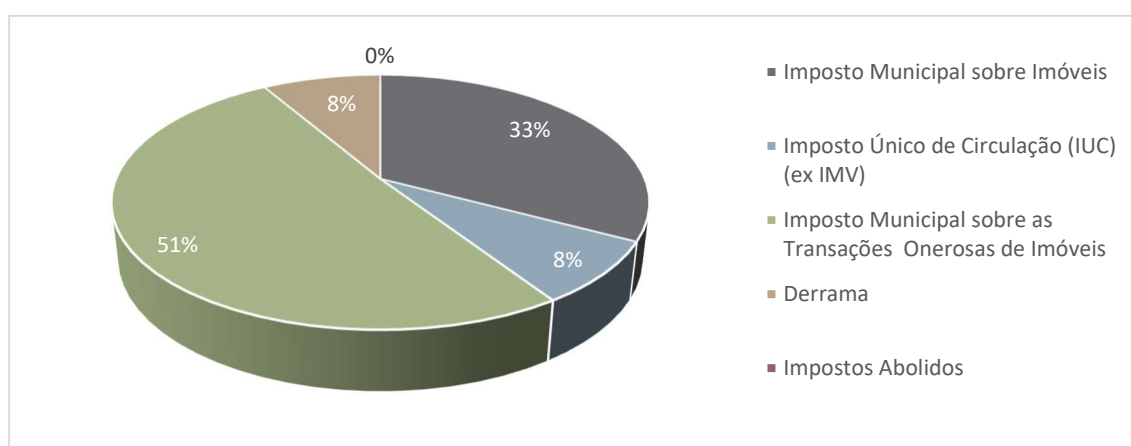


Gráfico 5 - Composição dos Impostos Diretos (2022)

Da análise conjugada da tabela 4 e gráfico 5, conclui-se que, em 2022 foram arrecadados 156 milhões de euros de impostos diretos (19,94% do total). Em termos de composição interna, no ano de 2022, o imposto com maior arrecadação voltou a ser o imposto municipal sobre transações (IMT) com 79 milhões de euros, seguindo-se do imposto municipal sobre imóveis (IMI) com 51 milhões de euros (32,74% do total dos impostos diretos), em terceiro lugar temos a derrama que alternou com o IUC, com 13 milhões de euros (8,48%). Por fim, o IUC, com 12 milhões de euros (7,97% de participação).

⁹ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2022
DSAJAL/DFLM

C. OUTRAS RECEITAS

C1. VENDA DE BENS E SERVIÇOS

A receita da venda de bens e serviços está representada no gráfico 6. Apesar da evolução irregular, registou-se um aumento substancial face a 2021, na ordem dos 8 milhões de euros.

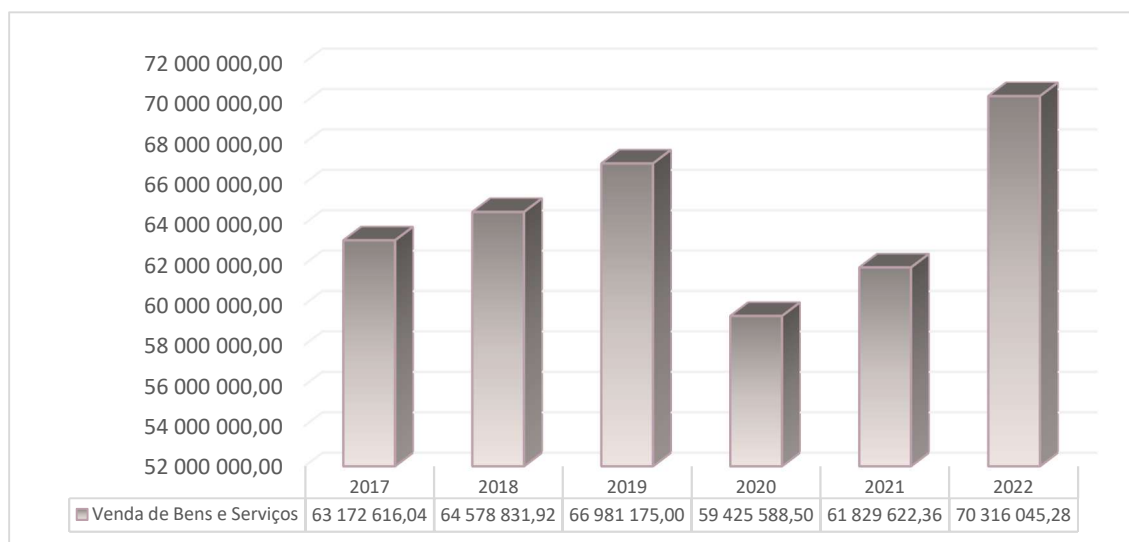


Gráfico 6 - Venda de Bens e Serviços da Região Alentejo

C2. FUNDOS COMUNITÁRIOS (CAPITAL)

No que se refere à receita de Fundos Comunitários, na componente de capital, constata-se que existiu um decréscimo em relação ao ano anterior, próximo dos 9 milhões de euros.

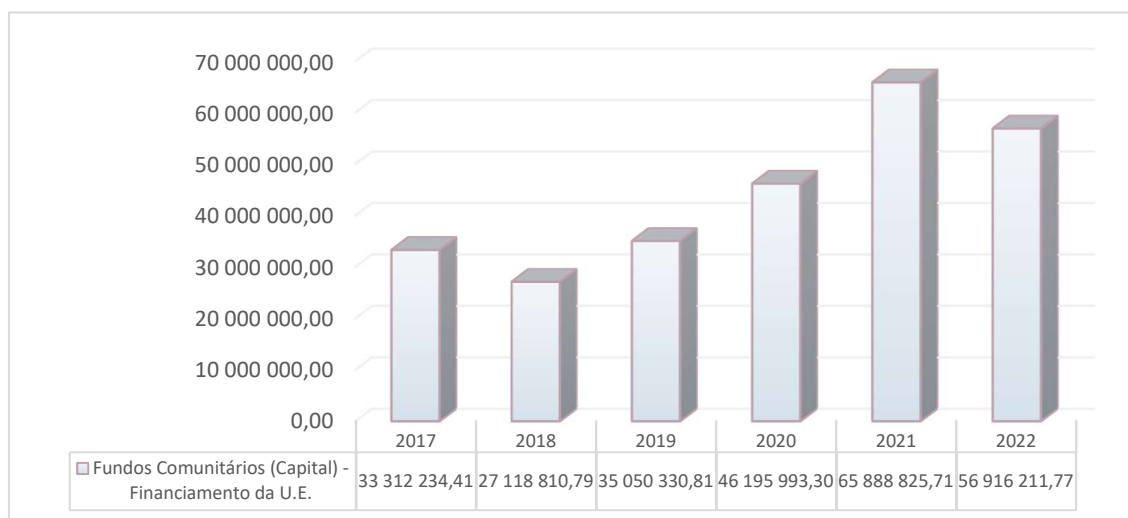


Gráfico 7 - Fundos Comunitários (de capital)

C3. PASSIVOS FINANCEIROS (EMPRÉSTIMOS)

Este tipo de receita agrega empréstimos de curto e de médio e longo prazos, com características diversas, tais como:

- Os empréstimos de curto prazo têm um período de vida que vai até um ano e o seu objeto é exclusivamente fazer frente às dificuldades de tesouraria;
- Os empréstimos de médio e longo prazos têm períodos de vida mais longos e o seu objetivo confina-se ao investimento ou ao reequilíbrio e saneamento financeiros.

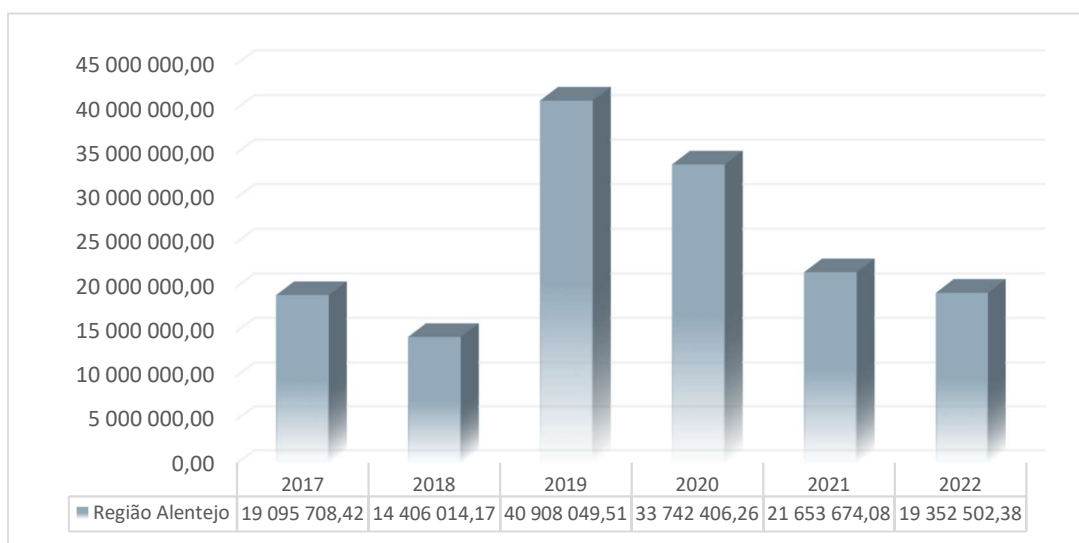


Gráfico 8 - Passivos Financeiros (Empréstimos)

Pode visualiza-se, no gráfico 9, uma tendência decrescente na contratação de empréstimos, de curto, médio e longo prazo, durante os últimos três anos, refletindo assim uma menor propensão para o endividamento bancário municipal.

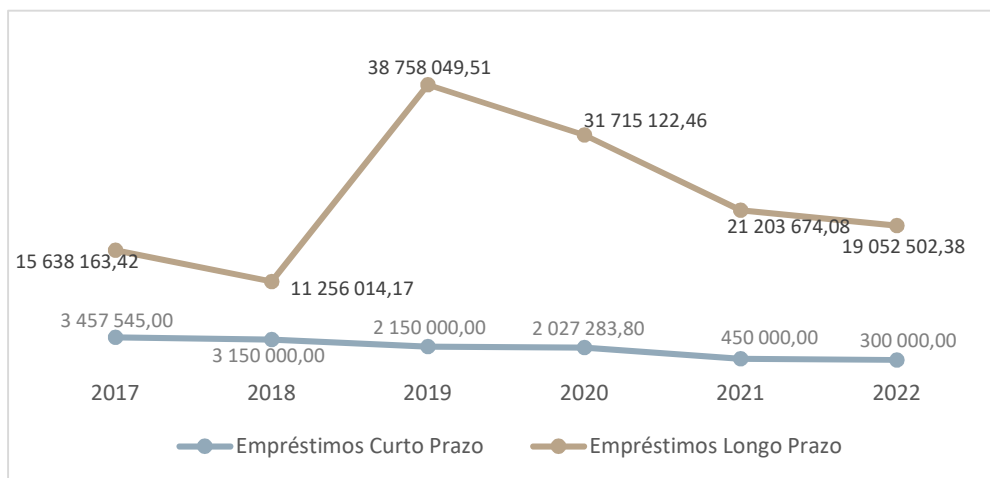


Gráfico 9 - Evolução dos Empréstimos Contraídos

2.1.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

A. DESPESA TOTAL

O presente bloco apresenta-nos a despesa total do ano económico de 2022 e a sua evolução no período 2017/2022.

Tabela 5 - Despesas Totais Municipais (pagamentos) – Exercício de 2022 – Região Alentejo¹⁰

Descrição	€	%
Pessoal	285 596 717,28	37,54%
Aquisição de Bens e Serviços	204 158 483,03	26,83%
Encargos Financeiros (Juros)	2 586 989,27	0,34%
Transferências Correntes	61 300 220,54	8,06%
Subsídios	926 240,60	0,12%
Outras Despesas Correntes	10 406 069,31	1,37%
Aquisição de Bens de Capital	157 380 624,28	20,68%
Transferências de Capital	14 956 916,82	1,97%
Ativos Financeiros	487 589,27	0,06%
Passivos Financeiros (Amortizações)	21 505 158,41	2,83%
Outras Despesas de Capital	1 565 619,21	0,21%
Despesa Efetiva+Despesa Não Efetiva	760 870 628,02	100,00%

O gráfico 10 representa as principais componentes da despesa (Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Aquisição de Bens de Capital, Passivos Financeiros (Amortizações) e Outras¹¹), discriminadas na tabela 5.

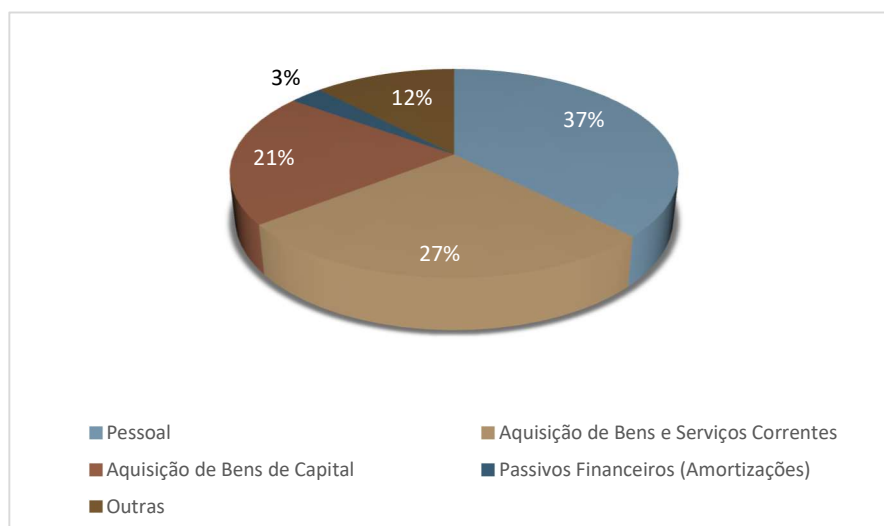


Gráfico 10 - Composição das Principais Despesas - 2022

¹⁰ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2022
DSAJAL/DFLM

¹¹ Outras engloba Encargos Financeiros (Juros); Transferências Correntes; Subsídios; Outras Despesas Correntes; Transferências de Capital; Ativos Financeiros e Outras Despesas de Capital.

No exercício de 2022, repete-se o mesmo padrão de gastos, com a seguinte ordenação decrescente:

- ✦ Pessoal, cujos gastos ascendem a 285 milhões de euros (37,54% do total);
- ✦ Aquisição de Bens e Serviços Correntes, com gastos na ordem dos 204 milhões de euros (26,83% participação);
- ✦ Aquisição de Bens de Capital com 157 milhões de euros (20,68% do total);
- ✦ Transferências Correntes com 61 milhões de euros (8,06% de participação);
- ✦ Passivos Financeiros (Amortizações) com 21 milhões de euros (2,83% do total).

No período em análise, de 2017 a 2022, o gráfico 11 reflete uma oscilação nos montantes relativos à despesa global, porém, nos últimos 3 anos verifica-se uma tendência crescente para o aumento da despesa.

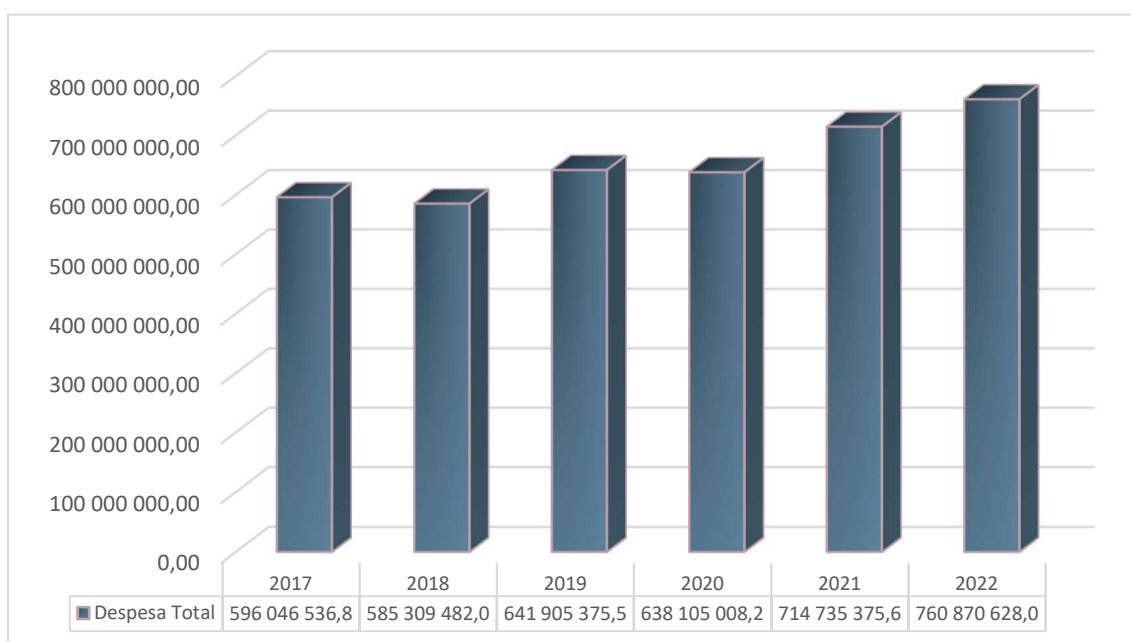


Gráfico 11 - Evolução da Despesa Total

Desta forma, no exercício de 2022 registou-se um incremento no montante da despesa global correspondente a 46 milhões de euros face ao ano anterior, o que representa uma variação de 6,45%.

B. DESPESA PAGA (EXERCÍCIO CORRENTE E EXERCÍCIOS ANTERIORES)

No ponto B, destaca-se a relação entre a despesa paga em 2017/2022 originária em exercícios anteriores e o total da despesa paga no ano.

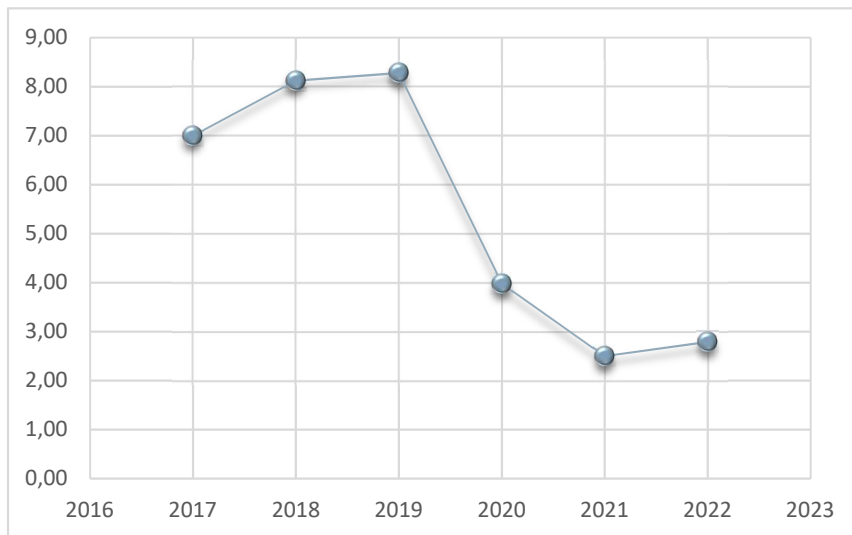


Gráfico 12 - Relação entre Despesa Paga referente a Exercícios Anteriores e o Total da Despesa Paga – Região Alentejo

A despesa paga referente a exercícios anteriores em relação ao total da despesa paga, tem vindo, no geral, a diminuir no período de análise (2017 a 2022). No entanto, no exercício de 2022 registou-se uma ligeira diminuição da despesa paga resultante das despesas assumidas em exercícios anteriores, uma vez que o valor passou dos 2,50% para os 2,79%, situando-se nos 21 milhões de euros.

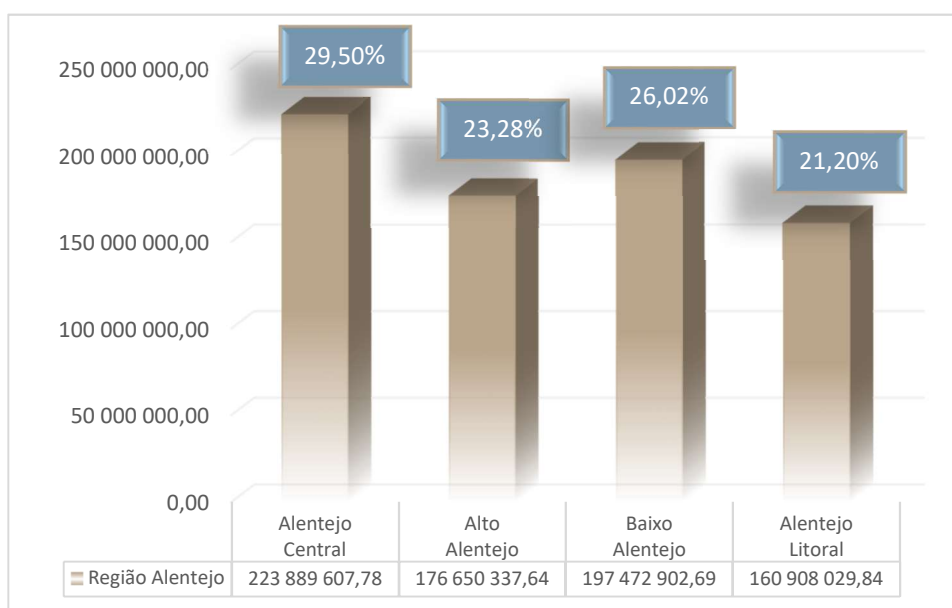


Gráfico 13 - Despesa Paga - Região Alentejo - 2022

O gráfico 13 mostra a distribuição da despesa paga pela região Alentejo, onde se constata que o Alentejo Central tem a maior despesa da região, seguindo-se o Baixo Alentejo, Alto Alentejo e por fim Alentejo Litoral.

C. DESPESA COM PESSOAL

Neste ponto relata-se a composição das despesas com Pessoal, no exercício de 2022, que as administrações municipais pagaram. Analisa-se, também, a evolução destas despesas no período de 2017 a 2022.

Tabela 6 - Despesa com Pessoal (pagamentos) 2022 – Região Alentejo¹²

2022			
Descrição	(€)	% Despesas Pessoal	% Despesa Total
Remunerações Certas e Permanentes	211 969 729,21	74,22%	27,86%
Abonos Variáveis ou Eventuais	13 266 051,71	4,65%	1,74%
Segurança Social	60 360 936,36	21,14%	7,93%
Total das Despesas com Pessoal	285 596 717,28	100,00%	37,54%
Total das Despesas	760 870 628,02		100,00%

No exercício de 2022, as despesas em termos de despesa com pessoal, totalizaram 285 milhões de euros, que corresponde a 37,54% do total da despesa executada neste ano. Deste montante, a fatia maioritária continua naturalmente a caber às remunerações certas e permanentes com 211 milhões de euros (74,22 % do total das despesas com pessoal), ficando a segurança social com 21,14% de participação, conforme se pode observar na tabela 6.

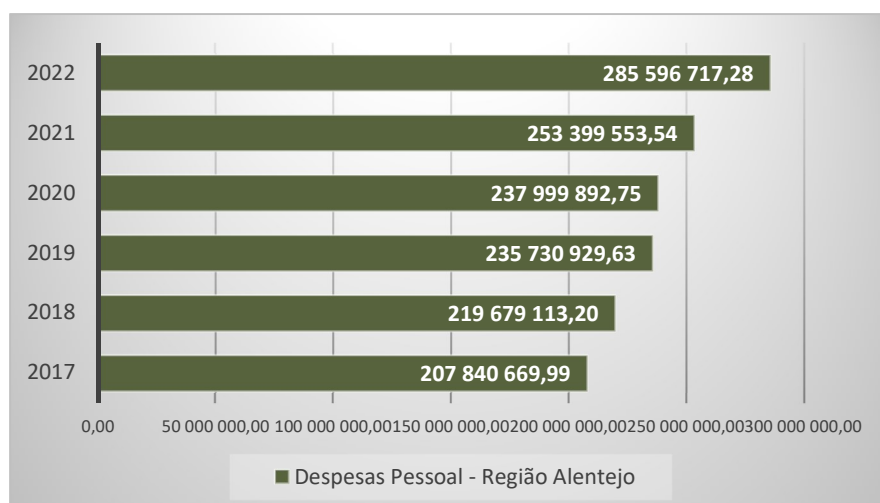


Gráfico 14 - Evolução das Despesas com o Pessoal

¹² Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2022
DSAJAL/DFLM

Em termos de desagregação da despesa com pessoal, relacionando a evolução de 2021 para 2022, retiramos as seguintes conclusões:

- ✦ As remunerações certas e permanentes tiveram um crescimento de 23 milhões de euros, calculado em 12,71%;
- ✦ Os abonos variáveis ou eventuais registaram um aumento na ordem dos 2 milhões de euros (27,68%);
- ✦ Por fim, a segurança social cresceu 9,87% em 2022, atingindo os 60 milhões de euros.

No que respeita à evolução da despesa com pessoal do período em causa, do ano 2017 a 2022, verifica-se, através da análise do gráfico 14, que estas despesas têm vindo a aumentar gradualmente, tendo registado um novo aumento em 2022.

D. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Nesta secção, analisam-se os montantes despendidos com a aquisição de bens e serviços.

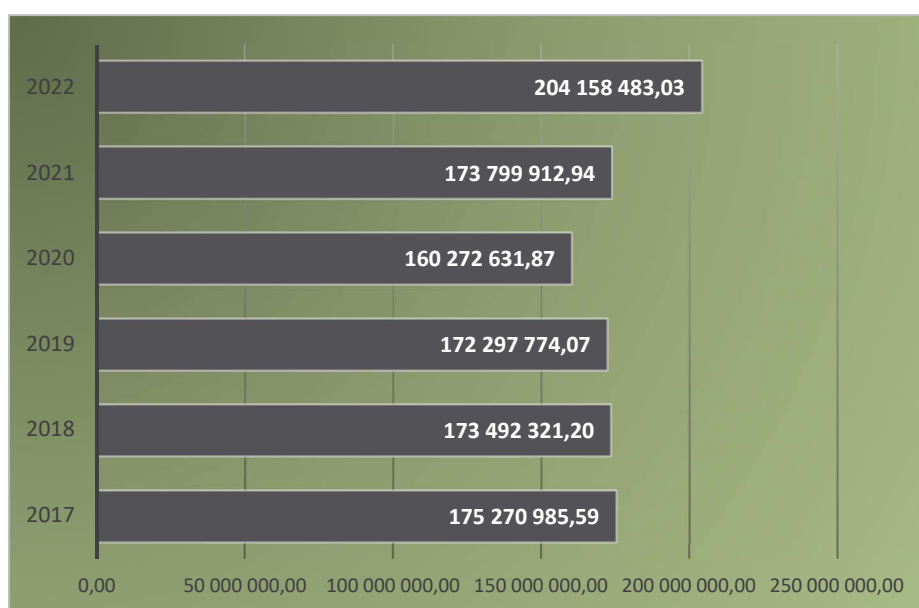


Gráfico 15 - Aquisição de Bens e Serviços

Podemos observar através do gráfico 15, que os valores relacionados com a aquisição de bens e serviços, afluíram para os 170 milhões de euros, contudo no ano de 2021 para 2022, intensificaram-se estes gastos, tendo-se registado uma subida na ordem dos 30 milhões euros, com uma variação de 17,47%.

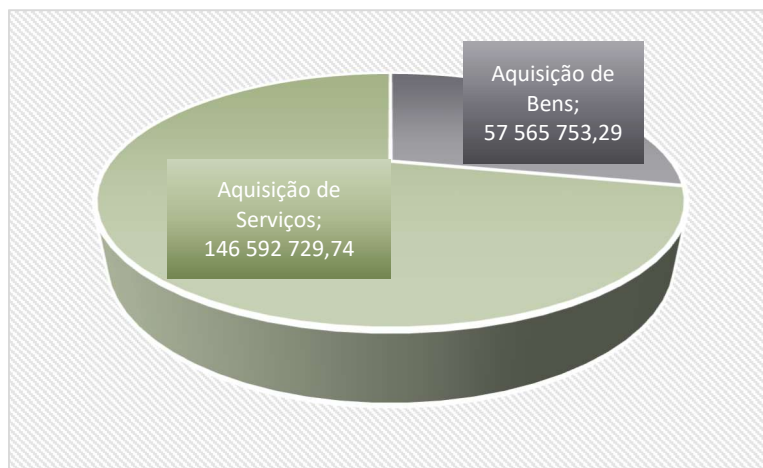


Gráfico 16 - Composição da Aquisição de Bens e Serviços em 2022

Da análise conjunta do gráfico 15 e 16 podemos observar o seguinte:

- ✦ Os municípios da região Alentejo continuam a adquirir maioritariamente serviços, o que corresponde a 71,80% da despesa total com bens e serviços;
- ✦ Em relação a 2021, verificou-se uma subida de 6 milhões de euros (11,91%), no que diz respeito à aquisição de bens;
- ✦ No que se refere à aquisição de serviços, existiu um acréscimo, na ordem dos 24 milhões de euros (19,81%).

Podemos observar no gráfico 17 a distribuição da aquisição de bens e serviços pela Região Alentejo, destacando-se o Alentejo Central com o maior valor despendido.

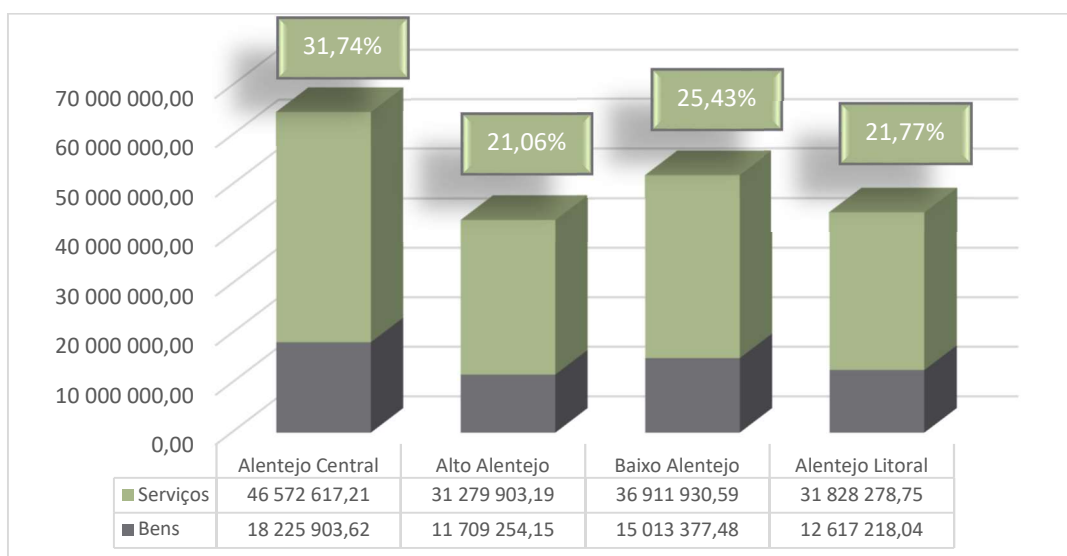


Gráfico 17 - Aquisição de Bens e Serviços na Região do Alentejo

E. SERVIÇO DA DÍVIDA BANCÁRIA

Este ponto retrata a evolução da despesa paga através dos encargos financeiros (juros e amortizações de empréstimos).

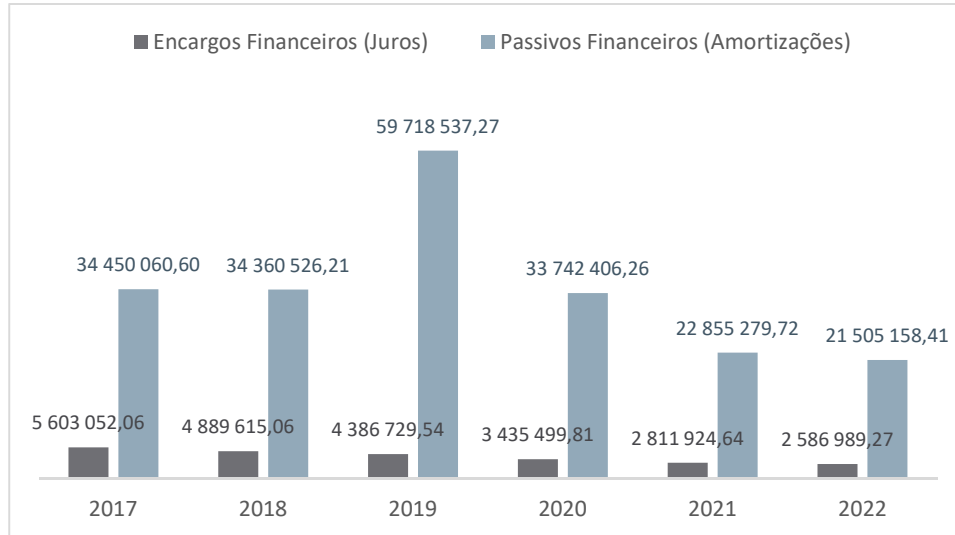


Gráfico 18 - Evolução dos Encargos Financeiros e dos Passivos Financeiros

Concluimos que, nos últimos três anos, tem vindo a verificar-se um desaceleramento da despesa com passivos financeiros, como se pode observar no gráfico 18.

F. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

A aquisição de bens de capital é composta pelos Investimentos, encargos com Locação Financeira e Bens de Domínio Público.

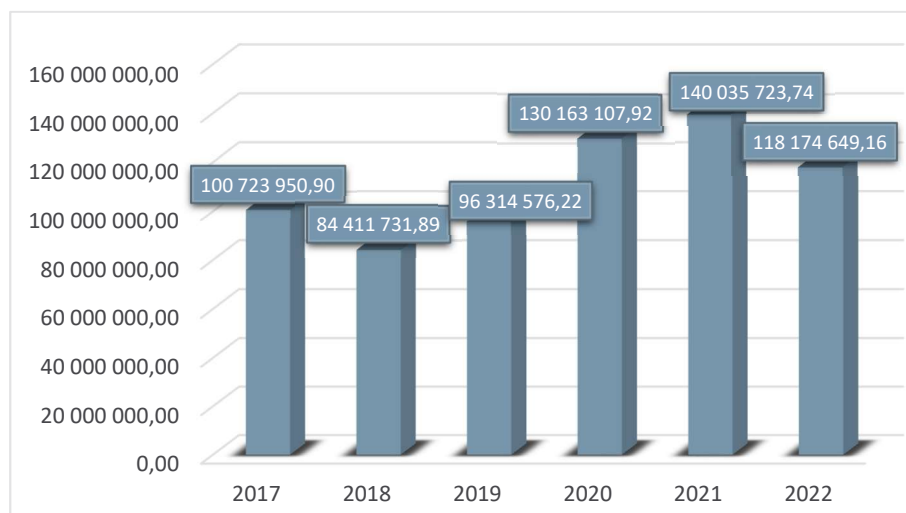


Gráfico 19 - Aquisição de Bens de Capital

A aquisição de bens de capital (gráfico 19), mais concretamente a componente de investimentos, tem mostrado diferentes ciclos de evolução ao longo do tempo, contrariando a tendência de crescimento, verificada de 2018 até 2021, registou-se uma diminuição neste parâmetro da despesa, na ordem dos 21 milhões de euros.

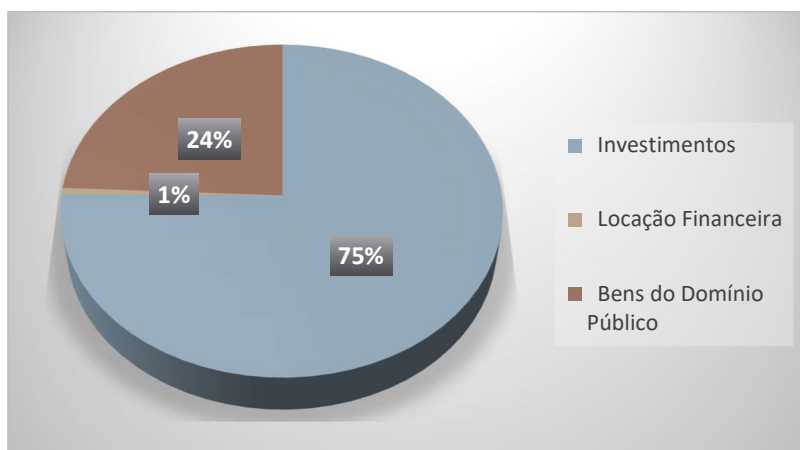


Gráfico 20 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) – despesa paga - 2022

Através da análise do gráfico 20, verificamos que a composição da aquisição de bens de capital por natureza, é maioritariamente constituída pelos Investimentos, com 75,09%, de seguida a aquisição de Bens de Domínio Público, com 24,28%, e por fim os encargos com Locação Financeira (0,63%).

2.1.4 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PPI

De acordo com o n.º 47 da NCP 26, a Demonstração de Execução Anual do PPI tem como finalidade, permitir o controlo da execução anual do plano plurianual de investimentos, facultando informação relativa a cada programa e projeto de investimento, designadamente sobre a forma de realização, fontes de financiamento, fase de execução, financiamento da componente anual do programa/projeto, e execução financeira de anos anteriores, no período e esperada para períodos futuros.

Tabela 7 - Média DPPI - Região Alentejo¹³

Média DPPI		
Região	Execução Financeira Anual ¹⁴	Execução Financeira Global ¹⁵
Alentejo Central	57,46%	30,23%
Alto Alentejo	65,66%	58,29%
Baixo Alentejo	63,14%	47,27%
Alentejo Litoral	54,24%	34,75%

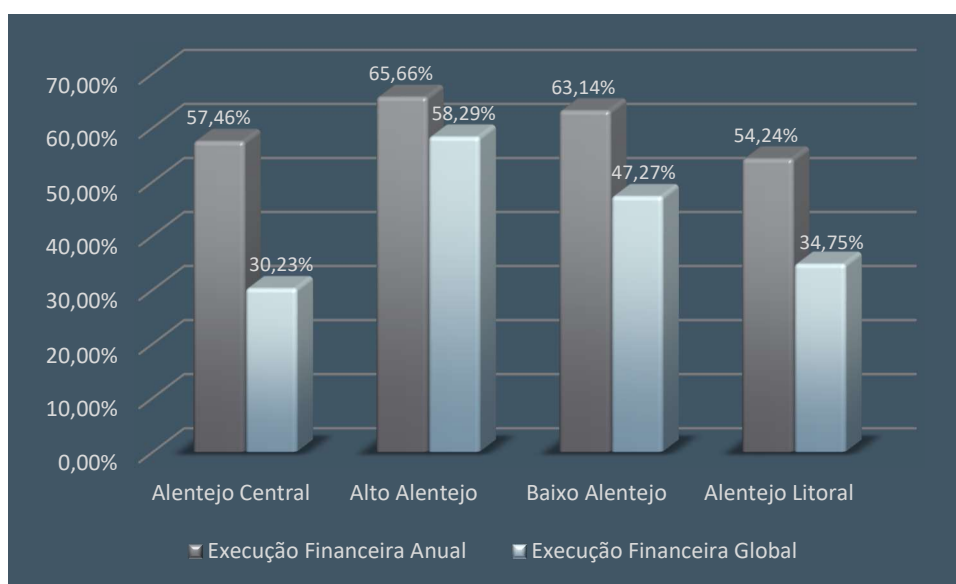


Gráfico 21 - Média DPPI - Região Alentejo

Tal como no ano transato constata-se, que tanto ao nível da Execução Financeira Anual do PPI, como ao nível da Execução Financeira Global, o Alto Alentejo tem a maior percentagem de execução do plano plurianual de investimentos.

¹³ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2022
DSAJAL/DFLM

¹⁴ Nível de Execução Financeira Anual = Montante Executado Ano 2022/Montante Previsto Ano 2022*100

¹⁵ Nível de Execução Financeira Global = Total do Montante Executado/(Total Montante Previsto+Montante Executado Anos Anteriores)*100

2.2 INDICADORES ORÇAMENTAIS

Conforme estabelecido nas orientações da RPG 3 - Reporting Service Performance Information do IPSASB, estes indicadores, para além de constituírem um complemento às demonstrações financeiras, também permitem avaliar a extensão, eficiência e eficácia do desempenho da entidade.

Tabela 8 - Indicadores Orçamentais

Indicador	Fórmula de cálculo	Região Alentejo
Grau de Execução Orçamental da receita (%)	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	90,09%
Grau de Execução Orçamental da despesa (%)	Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	91,19%
Grau de Realização das Liquidações	Recebimentos/Liquidações	85,57%
Grau de Execução das Obrigações	Pagamentos/Obrigações	97,09%

O grau de execução orçamental da receita compara a receita cobrada líquida com a receita prevista. E o grau de execução da despesa compara as despesas pagas líquidas de reposições abatidas aos pagamentos com as dotações corrigidas.

O rácio correspondente ao grau de realização das liquidações compara a receita cobrada líquida com as liquidações emitidas. Relativamente ao grau de execução das obrigações, compara-se a despesa paga líquida com as obrigações assumidas.

2.3 OUTROS INDICADORES ORÇAMENTAIS

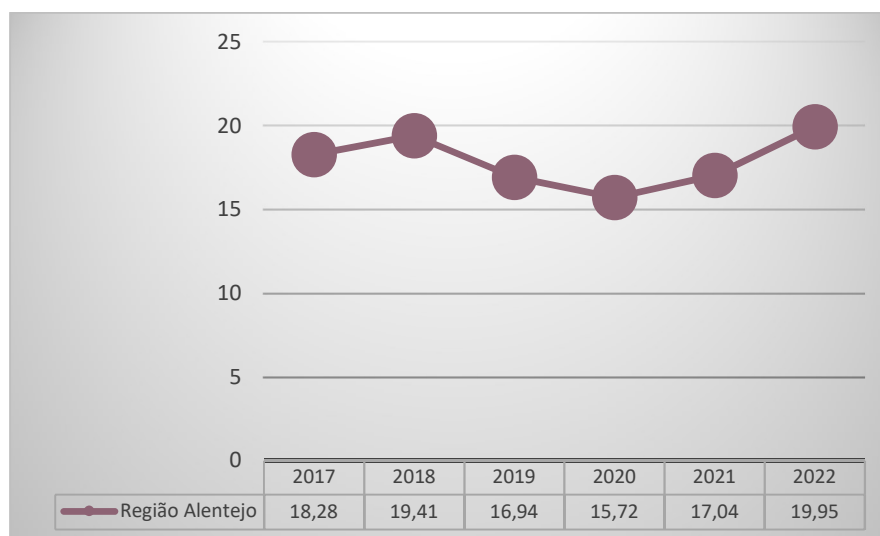


Gráfico 22 - Impostos Diretos e Indiretos / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva

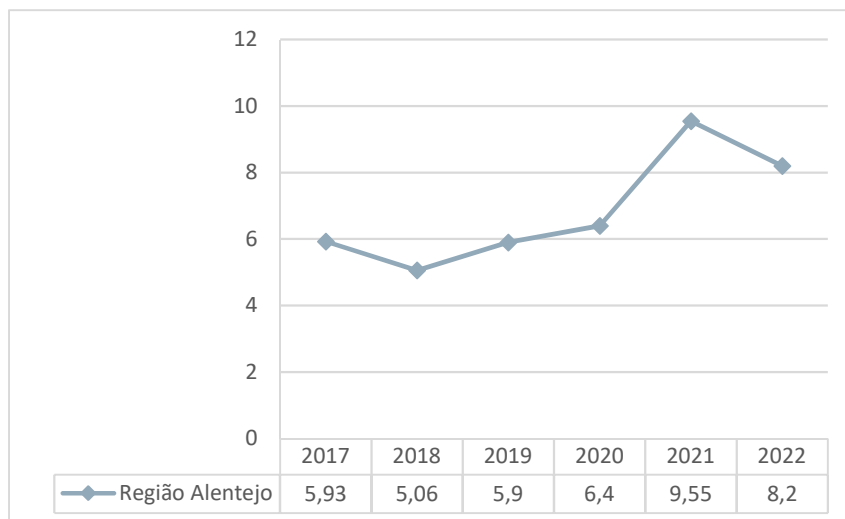


Gráfico 23 - Transferências Fundos Comunitários (corrente e capital) / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva

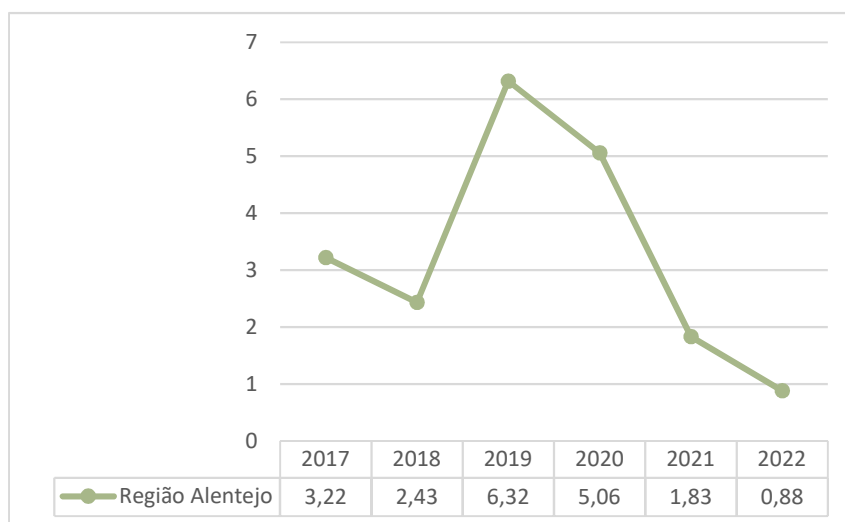


Gráfico 24 - Empréstimos / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva

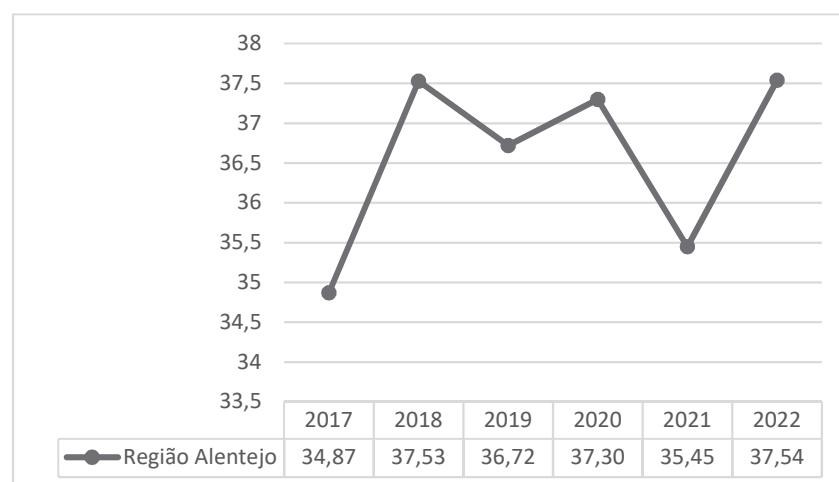


Gráfico 25 - Despesas com Pessoal / Despesa Total

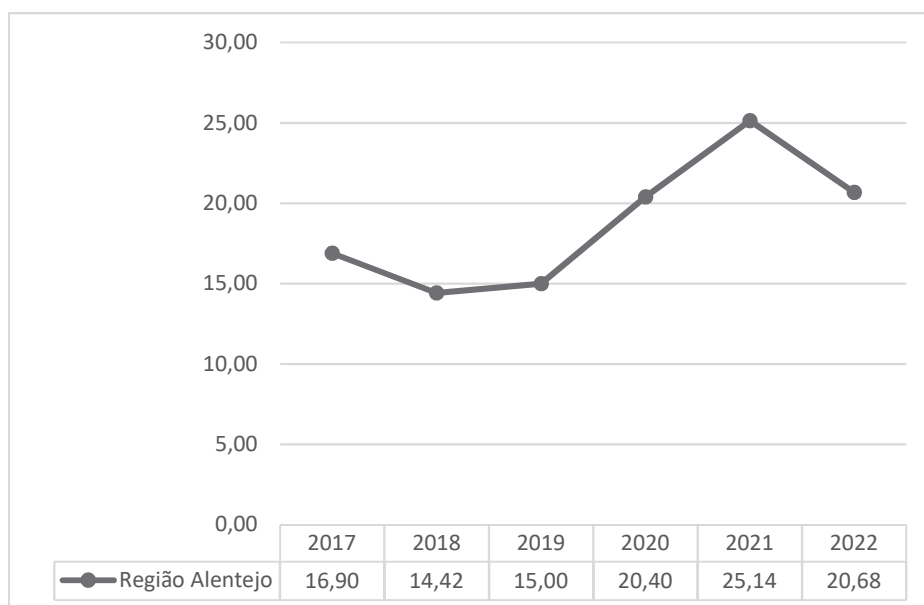


Gráfico 27 - Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total

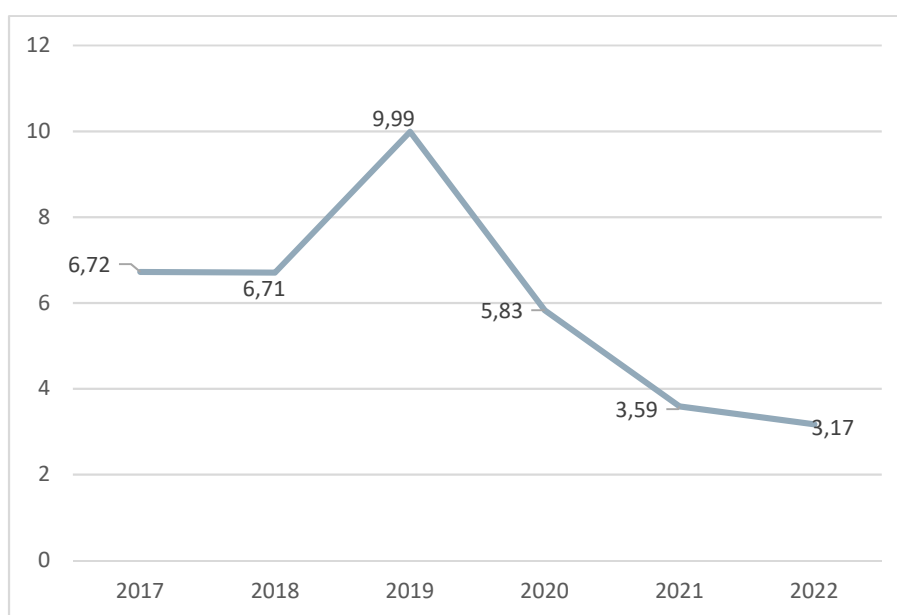


Gráfico 26 - (Juros + Amortizações) / Despesa Total

3. PARTE II – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A. BALANÇO

No Balanço, os ativos e passivos são classificados em correntes e não correntes.

Tabela 9 - Estrutura do Ativo (Balanço 2022) – Região Alentejo¹⁶

SNC-AP	2022	
	(€)	% Total Ativo
Ativos Fixos Tangíveis	2 558 451 638,50	83,35%
Prop. Investimento, Ativos Intangíveis e Inv. Participações Financeiras	169 851 573,51	5,53%
Dev. Emp. Bonificados e Sub. Reembolsáveis, Clientes, Contribuintes e Utentes, Diferimentos, Outras Contas a Receber, Outros ativos financeiros	28 283 336,04	0,92%
TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE	2 756 586 548,05	89,80%
Inventários, Dev. por Transf. e Sub. Não Reembolsáveis, Dev. por Empréstimos Bonificados e Subsídios reembolsáveis, Clientes, Contribuintes e Utentes, Estado e outros entes públicos, Diferimentos, Outros ativos financeiros	62 650 956,25	2,04%
Outras Contas a Receber	73 197 563,42	2,38%
Caixa e Depósitos	177 093 988,25	5,77%
TOTAL DO ATIVO CORRENTE	312 942 507,92	10,20%
TOTAL DO ATIVO	3 069 529 055,97	100,00%

Tabela 10 - Estrutura do Património Líquido e do Passivo – Região Alentejo - Estrutura do Património Líquido e do Passivo – Região Alentejo

SNC-AP	2022		
	(€)	% Total Passivo	% P.L. e Passivo ¹⁷
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2 650 407 249,13		86,35%
TOTAL PASSIVO (A+B)	419 121 806,84	100,00%	-
Provisões	22 169 432,55	5,29%	0,72%
Fornecedores	14 910 372,37	3,56%	0,49%
Financiamentos Obtidos	141 195 135,52	33,69%	4,60%
Cred. por Transf. e Sub. Não Reembolsáveis Concedidos, Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis, Fornecedores de investimentos, Diferimentos, Outras Contas a Pagar	38 932 314,97	9,29%	1,27%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE (A)	217 207 255,41	51,82%	7,08%
Cred. por Transf. e Sub. Não Reembolsáveis Concedidos, Fornecedores, Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes, Estado e Outros Entes Públicos, Financiamentos Obtidos, Fornecedores de Investimentos	67 044 845,38	16,00%	2,18%
Outras Contas a Pagar	55 311 505,56	13,20%	1,80%
Diferimentos	79 558 200,49	18,98%	2,59%
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE (B)	201 914 551,43	48,18%	6,57%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO	3 069 529 055,97		100,00%

¹⁶ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2022
DSAJAL/DFLM

¹⁷ % Total do Património Líquido e Passivo

Das tabelas 9 e 10 que consistem na apresentação, para 2022, da estrutura do ativo e do património líquido e passivo, é possível observar o seguinte:

- ✦ No ativo não corrente a componente principal (maioritária) corresponde aos Ativos Fixos Tangíveis com 83,35% do Ativo Total;
- ✦ No ativo corrente ressalta a Caixa e Depósitos com 5,77% do total do Ativo;
- ✦ O peso do património líquido é de 86,35%, cabendo ao passivo os restantes 13,65%;
- ✦ Na composição do passivo não corrente salienta-se que os Financiamentos Obtidos detêm maior expressão com 33,69% do total do Passivo;
- ✦ No que respeita ao passivo corrente, os Diferimentos correspondem a 18,98% do Passivo Total, as Outras Contas a Pagar com 13,20% e os restantes itens que compõem o passivo corrente com 16% do total do Passivo.

B. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Todos os itens de rendimentos e gastos reconhecidos, no período, devem ser incluídos na determinação do resultado do período.

Tabela 11 - Demonstração dos Resultados (Região Alentejo)¹⁸

	Gastos	Rendimentos	Resultado antes de impostos=Resultado Líquido do Período
2021	655 451 398,42	657 429 772,94	1 978 374,52
2022	↑ 726 973 123,53	↑ 729 593 645,88	↑ 2 620 522,35

Os dois exercícios económicos, evidenciados na tabela 11, tiveram como base o estabelecido no novo normativo SNC-AP, podendo salientar-se os seguintes aspetos:

- ✦ O total dos gastos apresenta, de 2021 para 2022, um acréscimo de 10,91%, passando de 655 milhões para os 726 milhões de euros;
- ✦ O total dos rendimentos também apresentou um aumento de 10,98%, atingindo os 729 milhões de euros;

Em termos gerais, observa-se um acréscimo quer do lado dos rendimentos quer dos gastos em relação ao exercício de 2021.

¹⁸ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2022
DSAJAL/DFLM

Tabela 12 - Demonstração dos Resultados - Região Alentejo¹⁹

	Resultados			
	Resultado Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento	Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)	Resultado Antes de Impostos	Resultado Líquido do Período
2021	132 691 281,84	4 972 993,04	1 978 374,52	1 978 374,52
2022	↑134 194 366,45	↑5 477 752,88	↑2 620 522,35	↑2 620 522,35

Na tabela 12 apresentam-se os resultados constantes das Demonstrações dos Resultados dos Municípios da região Alentejo, da diferença entre os rendimentos e gastos foi apurado o valor de 2 milhões e 620 mil euros positivos em 2022, registando uma subida na ordem dos 642 mil euros relativamente a 2021.

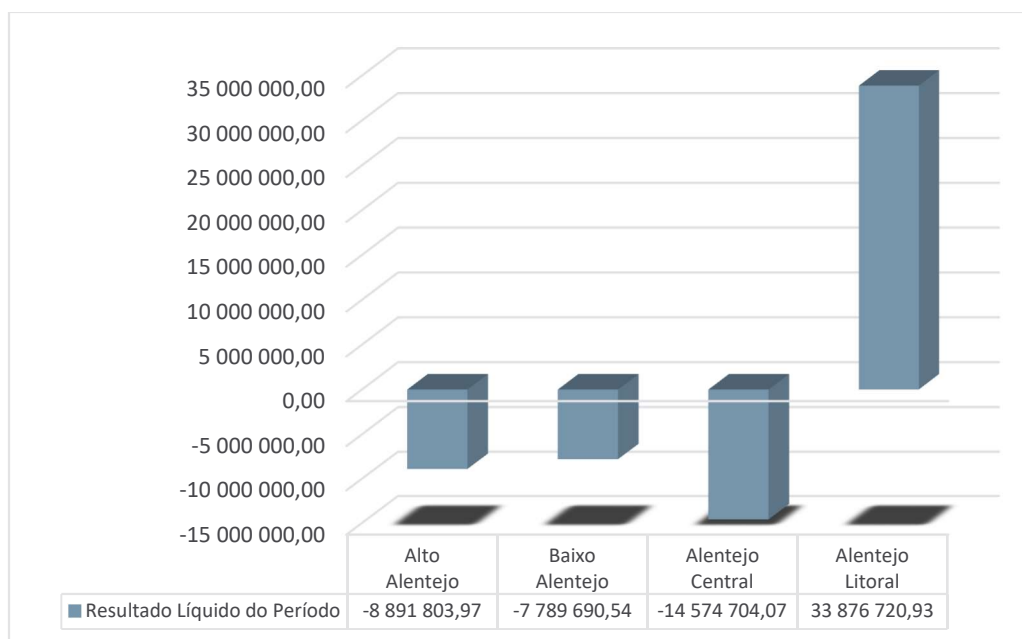


Gráfico 28 - Resultado Líquido do Período (Região Alentejo)

Continua a verificar-se um agravamento do resultado líquido da região do Baixo Alentejo, Alto Alentejo e do Alentejo Central comparativamente com o exercício de 2021, o conjunto dos Municípios da Região Alentejo apurou um resultado líquido positivo, para o qual contribuiu novamente a prestação positiva do Alentejo Litoral.

¹⁹ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2022
DSAJAL/DFLM

C. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia o valor das Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento.

Tabela 13 - Fluxos de Caixa de Atividades²⁰

	Fluxos de Caixa das Atividades		
	Atividades Operacionais ²¹	Atividades de Investimento ²²	Atividades de Financiamento ²³
Alentejo Central	12 072 001,45	-9 914 898,28	-8 690 359,18
Alto Alentejo	-5 585 182,24	13 582 977,96	-2 125 648,84
Baixo Alentejo	764 110,20	2 835 579,27	-2 230 316,50
Alentejo Litoral	41 383 027,94	-16 030 960,70	-3 499 631,38
Total	48 633 957,35	-9 527 301,75	-16 545 955,90

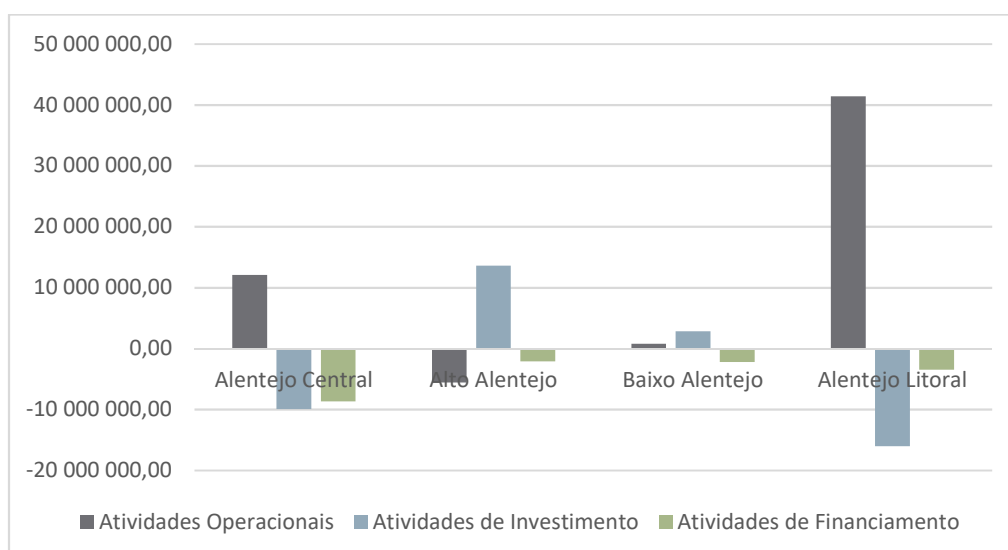


Gráfico 29 - Fluxo de Caixa das Atividades

A quantia de fluxos de caixa líquidos provenientes de atividades operacionais é um indicador chave da extensão até à qual as operações da entidade são financiadas: através de impostos (direta ou indiretamente); ou através daqueles que recebem bens ou serviços fornecidos pela entidade. A quantia de fluxos de caixa operacionais líquidos também ajuda a mostrar a aptidão

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2022
DSAJAL/DFLM

²¹ Atividades operacionais são as atividades da entidade que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.

²² Atividades de investimento são atividades relacionadas com a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

²³ Atividades de financiamento são atividades que resultam em alterações na dimensão e composição do património líquido e nos empréstimos obtidos pela entidade.

da entidade para manter a sua capacidade operacional, pagar as suas obrigações, pagar dividendos ou distribuições similares aos seus investidores e realizar novos investimentos, sem recorrer a fontes externas de financiamento. (§ 77 da NCP1)

Apenas a região do Alto Alentejo apresenta valores negativos nas Atividades Operacionais.

No que se refere à Atividades de Investimento, apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. (§ 82 da NCP 1)

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital à entidade. (§ 83 da NCP 1).

C1. SALDOS

O gráfico 30 apresenta-nos a evolução dos saldos de operações orçamentais, em termos de caixa, que consiste no saldo inicial do exercício mais os recebimentos do ano menos os pagamentos do mesmo ano, de verbas próprias da autarquia.

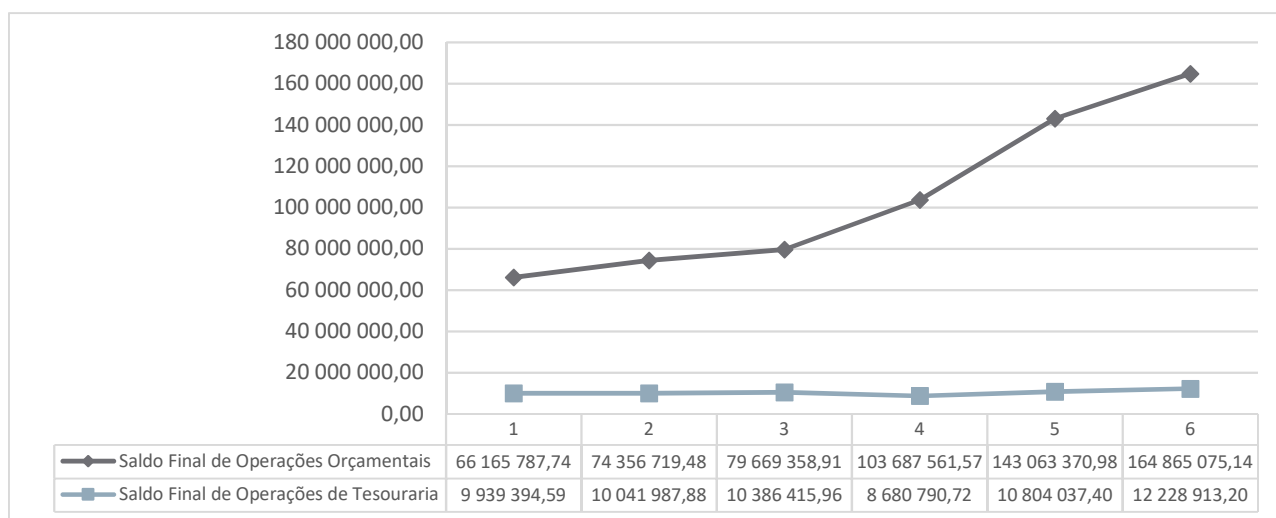


Gráfico 30 - Saldo Final de Operações Orçamentais e de Tesouraria

Através da análise do gráfico 30 observamos que, tanto ao nível do saldo final de operações orçamentais como ao nível do saldo das operações de tesouraria, a tendência continua a ser crescente. Em termos totais, no exercício de 2022, assistimos a um aumento de 23 milhões de euros, o que corresponde a uma variação de 15,10%, situando-se o valor total nos 177 milhões de euros.

3.2 INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Tabela 14 - Indicadores Económico-Financeiros

Dimensão	Indicador	Rácio	Região Alentejo	Interpretação
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	1,55	Positiva (quanto maior o valor, melhor)
	Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente (ou CP)	1,42	Positiva (quanto maior o valor, melhor)
	Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	0,88	Positiva (quanto maior o valor, melhor)
Rentabilidade	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	0,099	-
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	0,18	-
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,86	Positiva
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	6,32	Positiva
	Endividamento	Passivo/Ativo	0,14	-

- ✦ Os Indicadores de Liquidez são utilizados para medir a capacidade que a entidade tem para cumprir as responsabilidades de curto prazo.

No exercício de 2022 os valores continuam positivos, o que demonstra uma boa capacidade de cumprir as responsabilidades de curto prazo com os ativos correntes, cumprindo assim a regra do equilíbrio financeiro.

- ✦ Os Indicadores de Rentabilidade permitem medir a capacidade que os capitais e a atividade da entidade têm para gerar rendimentos.
- ✦ Os Indicadores da Estrutura Financeira sublinham a importância de a entidade conseguir manter a sua independência e estabilidade financeira sem necessidade de recorrer ao financiamento de entidades externas.

Em termos de Autonomia Financeira e de Solvabilidade, as entidades da administração municipal agregada, demonstram uma boa capacidade para cumprir os compromissos, assim como revelam capacidade para pagar os compromissos de médio e longo prazo, no caso da solvabilidade.

- ✦ No que respeita ao Endividamento, este mede a capacidade que a entidade tem em servir a dívida.

Verifica-se com o rácio de Endividamento que 14% dos ativos são financiados pelos capitais alheios.

4. PARTE III – CONTABILIDADE DE GESTÃO

A NCP 27 estabelece a base para um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação. A norma refere ainda que o tratamento contabilístico do custo corresponde à reclassificação dos gastos por funções, atividades, programas, objetivos ou outra finalidade de interesse para a entidade e utilizadores externos. (§ 1, NCP 27)

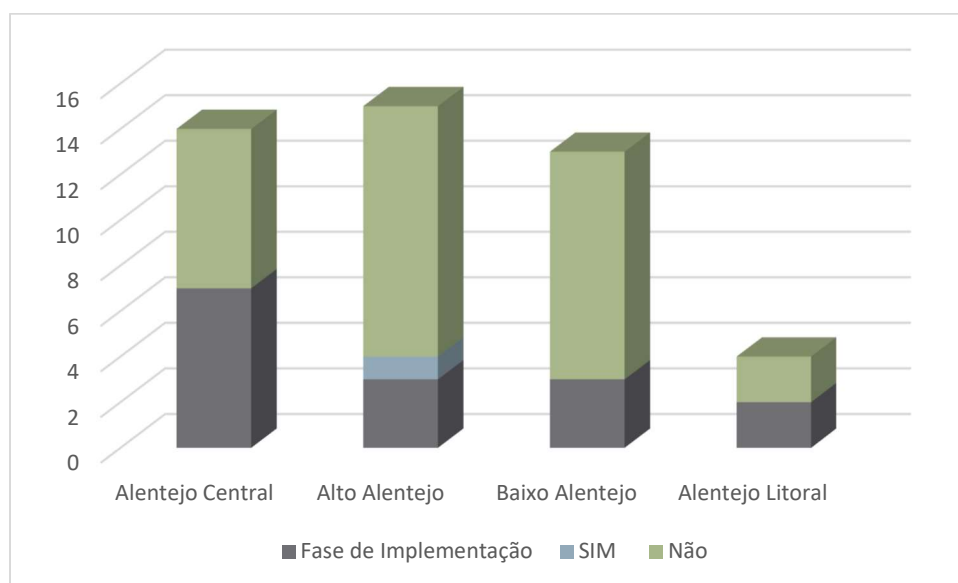


Gráfico 31 - Contabilidade de Gestão

Apesar de existir uma preocupação crescente no sentido de se adotarem as medidas necessárias que permitam a implementação deste subsistema da contabilidade, a maioria dos Municípios da Região Alentejo não conseguiu implementar a contabilidade de gestão, conforme se pode observar no gráfico 31. Isto, porque são vários os fatores que condicionam o desenvolvimento desta contabilidade e prendem-se, essencialmente, com o facto de as aplicações informáticas não permitirem a correta utilização da contabilidade de gestão, uma vez que estão muito direcionadas para o anterior normativo que fazia referência a uma contabilidade de custos, e também em muitos casos, não estão ainda alocados os recursos humanos necessários e imprescindíveis para a realização destas tarefas. No entanto, verificaram-se algumas melhorias, face ao exercício anterior, na medida em que aumentaram o número de Municípios que se encontram na fase de implementação.

5. SÍNTESE CONCLUSIVA

Neste relatório foram consultadas as Prestação de Contas do ano 2022 dos Municípios da região Alentejo, donde se extraiu informação que possibilitou efetuar uma análise orçamental e financeira a nível regional, passando também pela verificação da contabilidade de gestão.

O presente relatório dividiu-se em três partes, na parte I foi efetuada uma análise às Demonstrações de Relato que englobam a Demonstração do Desempenho Orçamental, a Demonstração de Execução Orçamental da Receita e da Despesa e a Demonstração de Execução do PPI.

Ao nível da Demonstração do Desempenho Orçamental, das várias componentes que a compõem, realçamos a Receita Total que ascendeu a 925 735 703,64€ e a Despesa Total que se situou nos 760 870 628,02€.

Em termos comparativos com o exercício de 2021, constata-se que ocorreu um aumento quer da receita (efetiva e não efetiva) quer da despesa. A receita teve um acréscimo na ordem dos 32 milhões de euros, que corresponde a uma variação de 4,37%. Importa referir que nos impostos diretos, se registou novamente um aumento significativo do ano 2021 para 2022, sendo que foi o IMT (Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis) que se manteve na primeira posição como o imposto com mais receita arrecadada.

Na despesa ocorreu um aumento de 46 milhões de euros, com uma variação de 6,45%. Tendo-se verificado um acréscimo da aquisição de bens e serviços, no lado da despesa corrente.

No que respeita à Demonstração de Execução do PPI apurou-se que, a média, em termos totais, ficou nos 61,31%, no que se refere à execução financeira anual do plano plurianual de investimentos, já em relação à execução financeira global, em média o valor ficou aproximado dos 44,38%.

Os indicadores orçamentais continuam a apresentar um bom desempenho, tanto ao nível da receita como da despesa. O rácio correspondente à execução das obrigações, que compara a despesa paga líquida com as obrigações assumidas, atingiu os 97,09%.

Na parte II, realiza-se a análise das Demonstrações Financeiras, partindo-se do Balanço para a Demonstração dos Resultados e por fim para a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Balanço, o Ativo apresentou um incremento (5,86%) face a 2021 que resultou do acréscimo dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento, ativos intangíveis e investimento em participações financeiras no que respeita ao ativo não corrente, o mesmo se verificou nas outras contas a receber e na caixa e depósitos, do ativo corrente. Comparativamente ao exercício de 2021, também o Património Líquido registou um aumento na ordem dos 174 milhões de euros.

Porém, no Passivo, assistiu-se a um decréscimo significativo (5,55%) sobretudo do Passivo não Corrente com uma quebra mais acentuada dos Fornecedores e dos Financiamentos Obtidos. O Passivo Não Corrente refletiu um ligeiro aumento (4,39%) nas Outras Contas a Pagar e Diferimentos.

O resultado líquido do período, apurado para a Região Alentejo, reflete os valores constantes da Demonstração de Resultados apresentados pelos municípios, situa-se mais uma vez no campo positivo, com uma subida na ordem dos 642 mil euros. Para a obtenção do resultado líquido positivo contribuiu mais uma vez a prestação inequívoca do Alentejo Litoral.

Deste modo, e em linha de conta com os relatórios anteriores, voltam a estar visíveis as discrepâncias existentes entre as diferentes sub-regiões do Alentejo, principalmente entre o Interior e o Litoral.

Nos indicadores económico-financeiros, ao nível da liquidez, os valores são positivos, apesar da liquidez imediata ser inferior a 1, os municípios da região Alentejo demonstram que têm capacidade para cumprir as responsabilidades de curto prazo com os ativos correntes, cumprindo assim a regra do equilíbrio financeiro.

No que se refere à rentabilidade, os resultados dos rácios apresentam uma evolução desde 2021 com valores positivos, estes indicadores medem a capacidade que os capitais e a atividade da entidade têm para gerar rendimentos. Contudo, no caso das autarquias, esta leitura não é tão direta, na medida em que, estas entidades não visam a obtenção do lucro, a intenção é aferir a eficiência na utilização dos recursos públicos.

No que se refere aos indicadores de estrutura financeira conclui-se que 86% dos ativos são financiados pelo património líquido e que o passivo financia o ativo em 14% (endividamento).

Apresentou-se na terceira parte uma referência à Contabilidade de Gestão, relativamente ao exercício de 2021, registaram-se alguns progressos nesta área, na medida em que existe um maior número de Municípios na fase de implementação deste subsistema da contabilidade. Os processos inerentes ao desenvolvimento desta contabilidade são morosos e implicam uma melhoria dos sistemas informáticos e a alocação de recursos humanos necessários para a execução das tarefas imprescindíveis ao seu funcionamento.

6. BIBLIOGRAFIA

- ✦ Modelo Único de Prestações de Contas das Entidades Públicas – Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental, Ministério das Finanças.
- ✦ Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.
- ✦ Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro - Altera o regime da administração financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Carlos Branco | Chefe de Divisão de Finanças Locais e Modernização

Recolha e Tratamento da informação

Ana Caeiro | Técnica Superior

Edição,

CCDR-Alentejo, dezembro de 2023